



ATA DA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, às 14h30min, foi
2 realizada à Rua São Bento nº 405, Edifício Martinelli, 15º Andar, Sala 154 - Auditório, a
3 **83ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU**, com
4 transmissão ao vivo via YouTube, conforme a Portaria nº 17 complementada pela
5 Portaria nº 19/2020/SMDU.G; **Pauta da reunião: 1.** Comunicações gerais; **2.**
6 Apresentação do Relatório de Atividades da Plataforma de Monitoramento e Avaliação
7 da Implementação do Plano Diretor Estratégico - 2023; **3.** Debate e deliberação sobre a
8 Minuta de Revisão do Regimento Interno do CMPU. **01)** A Presidente, Sra. Elisabete
9 França, iniciou a reunião às 14h30min, cumprimentando as Conselheiras e os
10 Conselheiros; prosseguiu para as Comunicações Gerais: posse dos representantes da
11 Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL, Sra. Sueli Guerreiro
12 Morales (titular) e Sr. Everton da Silva (suplente), nomeados pela Portaria SGM 116 de
13 01 de julho de 2024 (D.O.C. 02/07/2024); do Conselho Municipal da Pessoa com
14 Deficiência - CMPD, Sra. Fernanda Bezerra de Souza Ramos (titular) e Sra. Maria Frydda
15 Emanuely Gonçalves Monteiro (suplente), nomeadas pela Portaria SGM 127 de 17 de
16 julho de 2024 (D.O.C. 18/07/2024); do Conselho Municipal de Trânsito e Transporte -
17 CMTT, Sr. Renan Villarta Cardoso (suplente), nomeado pela Portaria SGM 127 de 17 de
18 julho de 2024 (D.O.C. 18/07/2024); da Secretaria Municipal de Justiça - SMJ, Sra. Ana
19 Lucia da Costa Negreiros (suplente), nomeada pela Portaria SGM 132 de 19 de julho de
20 2024 (D.O.C. 22/07/2024); da Secretaria Estadual dos Transportes Metropolitanos -
21 STM, Sr. Israel Leite Belleza (titular), nomeado pela Portaria SGM 143 de 02 de agosto
22 de 2024 (D.O.C. 05/08/2024); da Secretaria Municipal das Subprefeituras - SMSUB, Sra.
23 Patrícia Vieira Costa (titular), nomeada pela Portaria SGM 150 de 09 de agosto de 2024
24 (D.O.C. 12/08/2024); da Secretaria Municipal da Fazenda - SF, Sr. Lincoln Diogo Lima
25 (suplente), nomeado pela Portaria SGM 153 de 12 de agosto de 2024 (D.O.C.
26 13/08/2024); ciência das atas da 38ª Reunião Extraordinária e 70ª Reunião Ordinária;
27 ciência da solicitação de desligamento da Conselheira Suplente da União dos
28 Moradores do Parque da Mooca, Avenida Presidente Wilson e Adjacências, Sra. Irani
29 Aparecida Pereira Dias; ciência da solicitação de desligamento da CPPU –
30 Representante da ASSAMPALBA, Sra. Ana Luiza Dalcin Aragão na 25ª Reunião
31 Extraordinária realizada em 21/08/2024; ciência do Relatório do FUNDURB - 2º
32 semestre de 2022 e do Relatório do FUNDURB - 1º semestre de 2023. A Conselheira
33 titular da ASSAMPALBA, os quais tiveram ciência naquele colegiado e, posteriormente,
34 foram encaminhados ao CMPU, esclarecendo que o relatório do segundo semestre de
35 2022 foi finalizado apenas no início de 2024 em razão do encerramento de restos a



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

36 pagar, informando ainda que, provavelmente, na próxima reunião, haverá ciência do
37 relatório referente ao segundo semestre de 2023. Em seguida, a Presidente, Sra.
38 Elisabete França, esclareceu que os relatórios do FUNDURB são primeiramente
39 apresentados naquele colegiado e, posteriormente, encaminhados ao CMPU; com a
40 palavra, conselheira representante do FUNDURB, cumprimentou a Presidente, os
41 Conselheiros e o público que acompanhava a reunião, solicitando licença para falar
42 sentada em razão de questões de saúde, passando então às considerações iniciais,
43 destacando que os Conselheiros da sociedade civil, informalmente denominados não
44 empresariais, não indicaram outros itens de pauta por entenderem, conforme já
45 debatido em reuniões anteriores e manifestação da própria Presidente, que o tema
46 prioritário do CMPU seria a revisão do regimento interno, razão pela qual outros
47 assuntos somente seriam indicados após a conclusão desse trabalho; em sequência,
48 observou que as discussões sobre o regimento interno ainda se encontravam em
49 estágio incipiente, apesar de já existir proposta em elaboração, entendendo que,
50 somente após sua conclusão, seriam indicadas outras pautas de interesse da sociedade
51 civil; na continuidade, passou a tratar da pauta da presente reunião, informando que
52 houve atualização enviada em 22 de agosto, com fundamento no artigo 19 do Decreto
53 nº 56.268/2015, ressaltando que, no item comunicações gerais, constavam ciência de
54 minutas de atas, relatórios do FUNDURB, apresentação do relatório de atividades da
55 plataforma de monitoramento da avaliação da implementação do CIMPDE e,
56 posteriormente, debate e deliberação sobre a minuta de revisão do regimento interno;
57 em seguida, manifestou preocupação quanto às minutas das atas da 38ª RE de
58 20/04/2022, 69ª RO de 14/04/2022 e 70ª RO de 09/06/2022, afirmando que, apesar
59 do esforço da Sec. Executiva, não havia condições de avaliar se os textos refletiam
60 fielmente as discussões ocorridas, sem a audição integral dos áudios, razão pela qual
61 declarou não ser possível convalidar, concordar ou discordar das atas; em sequência,
62 passou a tratar dos relatórios do FUNDURB referentes ao segundo semestre de 2022 e
63 ao primeiro semestre de 2023, ressaltando que as atribuições do CMPU estão previstas
64 no artigo 329 do Plano Diretor Estratégico, especialmente nos incisos IV, VII e VIII, que
65 tratam da apreciação de relatórios do Executivo, do acompanhamento da aplicação
66 dos recursos do FUNDURB e da prestação de contas; na continuidade, a Sec. Executiva
67 sinalizou o término do tempo, sendo solicitado pela Presidente que a conselheira
68 concluísse com sua proposição; em réplica, a conselheira afirmou que, diante da
69 prioridade conferida ao regimento interno e da inexistência de proposta concluída
70 após cinco reuniões da comissão, entendia ser necessário discutir objetivamente a
71 conveniência da realização das reuniões ordinárias enquanto o regimento não
72 estivesse pronto, ponderando que o Conselho vinha se reunindo para tratar de temas
73 que, em sua avaliação, não poderiam ser devidamente acompanhados sem o



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – C MPU

74 regimento interno revisado; em sequência, esclareceu que não lhe parecia
75 juridicamente adequado que o C MPU convalidasse ou acompanhasse relatórios do
76 FUNDURB com dois anos de defasagem temporal; em réplica, a Presidente afirmou
77 que o Plano Diretor estabelece que o C MPU acompanha os relatórios do FUNDURB,
78 não se tratando de convalidação ou aprovação, uma vez que o Fundo possui conselho
79 próprio, cabendo ao C MPU apenas o conhecimento; em seguida, a conselheira Renata
80 manifestou-se no sentido de que o acompanhamento perde efetividade quando
81 realizado anos depois, tornando inviável qualquer ressalva ou encaminhamento,
82 afirmando que tanto os relatórios do FUNDURB quanto a apresentação do
83 monitoramento do PDE estariam sendo tratados de forma extemporânea, sem
84 possibilidade concreta de atuação do Conselho, registrando sua posição quanto à
85 impossibilidade de acompanhar, convalidar ou discutir os itens 1 e 2 da pauta,
86 informando que a sociedade civil apresentaria proposta ainda na mesma reunião; em
87 réplica, a Presidente questionou se a proposta consistia em não apresentar o relatório
88 da plataforma de monitoramento, ao que a conselheira respondeu que a apresentação
89 poderia ocorrer, mas não possibilitaria o exercício efetivo da função legal do Conselho,
90 em razão do momento avançado do mandato do Executivo; em seguida, a Presidente
91 esclareceu que não havia intenção de aprovação de qualquer matéria, tratando-se
92 apenas de apresentação solicitada por Conselheiro, assegurando que as observações
93 quanto à extemporaneidade constariam em ata; na continuidade, convidado sem
94 identificação manifestou concordância quanto à prioridade do regimento interno,
95 relatando sobrecarga de documentos e a atuação voluntária dos Conselheiros,
96 defendendo que fosse dada prioridade à proposta de regimento, uma vez que não
97 houve tempo hábil para leitura e análise dos demais materiais; em seguida, o
98 Conselheiro Sr. Eduardo Della Manna esclareceu que a sugestão de pauta teve por
99 objetivo apresentar o sistema permanente de monitoramento do Plano Diretor,
100 ressaltando a importância de seu aprimoramento contínuo, inclusive com vistas ao
101 próximo PDE, destacando a necessidade de construção de indicadores sobre
102 adensamento, fachadas ativas e outros temas estruturais; em sequência, a Sra.
103 Heliana, Coordenadora da Planurb, esclareceu que o relatório foi apresentado
104 inicialmente ao CIMPDE no início do ano, em razão da consolidação anual dos dados, e
105 que havia obrigação legal de apresentação ao C MPU, ressaltando que, apesar de se
106 referir a 2023, o material já trazia atualizações de 2024 e apontava melhorias em curso
107 na plataforma de monitoramento; por fim, a Presidente ponderou que a apresentação
108 teria duração de quinze minutos, lembrando que a pauta foi enviada com
109 antecedência de uma semana e que eventuais discordâncias quanto à ordem deveriam
110 ser comunicadas previamente, solicitando, assim, a realização da apresentação para
111 que, na sequência, fosse iniciado o debate do item relativo ao regimento interno. **02.**



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

112 Em seguida, com a palavra, o Sr. Clayton, Diretor, Divisão de Monitoramento e
113 Avaliação da Planurb, cumprimentou as Conselheiras, os Conselheiros, a Presidente, a
114 Sec. Executiva e os representantes da Prefeitura, informando que apresentaria o
115 relatório de atividades de monitoramento referente ao ano de 2023, já apresentado ao
116 CIMPDE; na continuidade, contextualizou que o monitoramento não existia antes do
117 Plano Diretor de 2014, tendo sido instituído pelo artigo 358 do referido diploma legal,
118 destacando as dificuldades iniciais para a construção de um sistema de
119 monitoramento a partir do zero, especialmente em razão da transição da gestão de
120 dados, ainda com grande volume de informações em formato analógico; em seguida,
121 esclareceu que, para regulamentar a atividade de monitoramento, foi criado, por
122 decreto, o CIMPDE, comitê intersecretarial de monitoramento e avaliação, composto
123 por técnicos de diversas secretarias e com a participação de dois Conselheiros Titulares
124 e dois Suplentes indicados pelo CMPU, totalizando quatro representantes da
125 sociedade civil; em sequência, explicou que o monitoramento abrange os objetivos do
126 Plano Diretor, previstos no Título I, totalizando dezessete objetivos estratégicos, os
127 objetivos das oito macroáreas e das zonas especiais, além do acompanhamento das
128 ações prioritárias dos sistemas urbanos e ambientais, constantes do Título III, somando
129 cento e quarenta e três ações prioritárias, bem como o desempenho dos instrumentos
130 de política urbana e de gestão ambiental, num total de trinta e nove instrumentos; na
131 continuidade, informou que, quando da apresentação ao CIMPDE, constavam apenas
132 os tópicos referentes aos objetivos e às ações prioritárias, tendo sido acrescido, para a
133 presente exposição, o andamento das atividades em 2024, a fim de demonstrar a
134 evolução dos trabalhos; em seguida, tratou da plataforma de monitoramento, criada
135 em atendimento ao decreto de 2016, destacando que ainda se encontra em processo
136 de aprimoramento, com ajustes de acessibilidade digital, atualização tecnológica e
137 integração com outras plataformas da SMUL e de demais secretarias, como
138 GeoSampa, sistemas ambientais, de habitação e outros; em sequência, apresentou
139 dados de acesso à plataforma referentes a 2023, explicando que as informações do
140 Google Analytics estavam limitadas até julho daquele ano em razão da mudança de
141 versão da ferramenta; na continuidade, informou que a plataforma conta atualmente
142 com cento e noventa e dois indicadores, alimentados por trinta e três bancos de
143 dados, com atualização realizada até dezembro do ano anterior, registrando a
144 descontinuidade de dois bancos de dados, relativos aos lançamentos residenciais
145 verticais da Embraesp e ao sistema SISACOE, substituído pela prova digital; em
146 seguida, esclareceu que novos bancos de dados relativos ao licenciamento passaram a
147 ser incorporados, exigindo revisão metodológica para integração das informações
148 provenientes de diferentes sistemas, bem como destacou a existência de base
149 histórica desde 2010 até agosto de 2023, ainda em fase inicial de tratamento para



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

alimentação dos indicadores; em sequência, informou sobre o desenvolvimento, em 2023, da metodologia de revisão dos indicadores existentes, ressaltando que muitos deles foram inicialmente incluídos para teste e necessitam de aprimoramento para melhor avaliação das políticas públicas; na continuidade, mencionou atividades complementares realizadas, como participação em projetos de pesquisa, estudos sobre dinâmica imobiliária, redes de transição digital e apoio técnico à revisão do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo; em seguida, apresentou os próximos passos previstos, destacando a revisão dos indicadores a partir dos instrumentos de política urbana, a criação de grupos de trabalho temáticos e a revisão metodológica das unidades territoriais de análise, em razão de alterações legislativas e urbanísticas; em sequência, informou sobre o monitoramento da implantação de parques e unidades de conservação previstos nos quadros do Plano Diretor, bem como apresentou as ações já em andamento em 2024, destacando a constituição de seis grupos de trabalho, dos quais quatro já estão ativos, envolvendo cento e treze participantes de trinta e quatro unidades, inclusive Conselheiros do CMPU; na continuidade, ressaltou a importância da participação da sociedade civil nesses trabalhos, reconhecendo as limitações de horário e o caráter voluntário da atuação dos Conselheiros; em seguida, detalhou o avanço na revisão dos instrumentos de política urbana, no georreferenciamento das unidades territoriais, na delimitação de macrozonas, macroáreas, setores da macroárea de estruturação metropolitana, perímetros de PIUs, operações urbanas e demais recortes necessários ao monitoramento; em sequência, apresentou o estágio de consolidação da metodologia de monitoramento das ações prioritárias, informando que foram identificadas cento e quarenta e três ações, distribuídas entre dezoito órgãos municipais responsáveis por sua implementação, com definição de indicadores e construção de quadro de monitoramento; na continuidade, destacou que parte significativa das ações refere-se a intervenções físicas e outra parte a regulamentações, planos e programas, informando que o trabalho segue em desenvolvimento, inclusive com incorporação de dados de transparência ativa e passiva; por fim, informou que a apresentação estava sendo concluída, colocando-se à disposição para eventuais questionamentos. **03.** Na sequência, a Sra. Presidente Elisabete agradeceu a apresentação, informou a abertura do período para esclarecimentos e destacou a importância do sistema de monitoramento como instrumento de gestão municipal permanente, independentemente de mudanças de governo, ressaltando sua relevância para a elaboração do próximo Plano Diretor; em seguida, a Conselheira Lucila Lacrete, representante das associações de moradores, questionou sobre o monitoramento do sistema Aprova Digital, apontando a natureza auto declaratória dos dados, a dificuldade de acesso aos processos, a ausência de informações nas placas de obra, a



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

188 limitação de acesso pelos cidadãos, associações e até mesmo por órgãos de
189 fiscalização, caracterizando o sistema como pouco transparente; em resposta, a
190 Presidente esclareceu que o controle se dá sobre os alvarás de execução e de
191 conclusão (Habite-se), e não sobre o acompanhamento da obra em andamento,
192 informando que a Prefeitura está finalizando a disponibilização, no GeoSampa, das
193 aprovações concedidas em determinado período, inclusive com a separação das
194 unidades de Habitação de Interesse Social – HIS 1 e HIS 2, destacando que tal iniciativa
195 permitirá avaliar a aderência das aprovações às diretrizes do Plano Diretor, bem como
196 reforçou que as construções em andamento decorrem de alvarás válidos, havendo
197 atuação fiscalizatória quando constatadas irregularidades; na continuidade, a
198 Conselheira Lucila agradeceu os esclarecimentos, reiterando sua preocupação com a
199 dificuldade de acesso às informações e com divergências identificadas entre o que foi
200 aprovado e o que efetivamente foi construído, apontando fragilidades na fiscalização;
201 em seguida, a Conselheira Ana Aragão complementou a manifestação, destacando que
202 a demora na obtenção de informações inviabiliza qualquer ação preventiva, uma vez
203 que, quando os dados são acessados, as obras já se encontram concluídas;
204 posteriormente, o Conselheiro Durval Tabach manifestou interesse em conhecer os
205 resultados concretos do monitoramento, questionando se houve efetivamente
206 adensamento demográfico nos eixos, se as fachadas ativas estão ocupadas e
207 solicitando dados comparativos de densidade populacional ao longo do tempo, a fim
208 de avaliar a efetividade dos instrumentos urbanísticos; na sequência, o Conselheiro
209 Francisco João Moreirão de Magalhães expressou preocupação com a ausência de
210 dados consolidados após dez anos de vigência do Plano Diretor, relatando caso de
211 licenciamento de empreendimento em área de proteção ambiental na Serra da
212 Cantareira, questionando os critérios adotados, a fiscalização e a efetividade das
213 sanções, enfatizando a urgência na disponibilização de dados ágeis e transparentes
214 para controle social; em resposta, a Presidente agradeceu as contribuições, ressaltou a
215 importância das sugestões apresentadas e solicitou que denúncias específicas fossem
216 formalizadas por e-mail para apuração pela Prefeitura; na continuidade, o Conselheiro
217 Eduardo manifestou-se no sentido de que a apresentação concentrou-se na
218 metodologia de monitoramento, sem a exposição de resultados efetivos, lembrando a
219 obrigatoriedade legal de apresentação de relatórios anuais prevista no artigo 329 do
220 Plano Diretor de 2014, afirmando que tal obrigação não foi cumprida ao longo dos
221 últimos anos e registrando preocupação com os impactos urbanísticos, ambientais,
222 históricos e culturais decorrentes da ausência de dados consolidados; em seguida, o
223 Conselheiro Eduardo Della Manna ponderou que a apresentação tratou de aspectos
224 metodológicos, mas ressaltou a existência de informações disponíveis no sistema de
225 monitoramento, incentivando os Conselheiros a acessarem a plataforma, esclarecendo



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

226 que sua indagação foi de natureza estritamente metodológica, especialmente quanto à
227 aferição da vacância de fachadas ativas e à limitação do Censo 2022 na captação do
228 adensamento urbano, destacando ainda a importância histórica e institucional do
229 sistema de monitoramento como política pública permanente da cidade; por fim, a
230 Presidente agradeceu as manifestações e encerrou o bloco de debates. Na sequência,
231 a Secretária Heliana esclareceu que a plataforma de monitoramento do Plano Diretor
232 Estratégico foi disponibilizada em 2016, em atendimento à obrigação instituída pelo
233 PDE de 2014, destacando que se trata de uma inovação relevante para a cidade, ainda
234 que implantada em um contexto de limitada cultura institucional de produção e
235 sistematização de dados; ressaltou que a plataforma vem sendo aperfeiçoada
236 continuamente, e que a apresentação realizada tratou do relatório de atividades do
237 monitoramento referente ao ano anterior e das ações previstas para o ano corrente,
238 especialmente no contexto da revisão do Plano Diretor; informou que a plataforma
239 disponibiliza relatórios temáticos e 192 indicadores organizados por instrumentos
240 urbanísticos, atualizados conforme a periodicidade de recebimento das informações,
241 constituindo o atual sistema de monitoramento da cidade, ainda que passível de
242 aprimoramentos; esclareceu que o esforço em curso envolve tanto a melhoria da
243 qualidade dos dados recebidos quanto o aperfeiçoamento metodológico para que os
244 indicadores sejam capazes de demonstrar impactos concretos das políticas urbanas,
245 com vistas a subsidiar decisões futuras, especialmente no horizonte da próxima
246 revisão do Plano Diretor; destacou que a metodologia mencionada não foi detalhada
247 na apresentação, mas que foi construída a partir de pesquisa comparativa e adaptação
248 de experiências existentes, inexistindo referência direta para monitoramento da
249 política urbana nos moldes do PDE, e que sua aplicação está sendo realizada por meio
250 de grupos de trabalho intersecretariais, com participação de representantes do CMPU
251 no âmbito do CIMPDE; acrescentou que a aferição do adensamento urbano constitui
252 uma das principais dificuldades metodológicas, em razão do intervalo temporal entre
253 aprovação, construção e ocupação dos empreendimentos e das limitações do Censo
254 Demográfico, informando que estão sendo estudadas alternativas metodológicas para
255 mensurar a ocupação dos imóveis independentemente do censo decenal; na
256 sequência, a Presidente Elisabete abriu espaço para novos esclarecimentos, ocasião
257 em que o Conselheiro Eduardo esclareceu sua representação no CMPU pelo setor
258 empresarial, especificamente pelos setores de comércio, serviços e turismo,
259 ressaltando a atuação integrada com os demais representantes empresariais; em
260 seguida, o Sr. Clayton complementou sua fala, esclarecendo que a apresentação tratou
261 das atividades desenvolvidas no âmbito do monitoramento, reconhecendo a
262 expectativa de alguns conselheiros quanto à apresentação de resultados consolidados,
263 reiterando que a plataforma disponibiliza relatórios detalhados por tema e que o



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

264 monitoramento das ações prioritárias está em fase avançada de estruturação
265 metodológica, comprometendo-se a apresentar futuramente relatório específico sobre
266 a implementação dessas ações; destacou ainda a importância da participação dos
267 conselheiros nos grupos de trabalho e reconheceu as limitações históricas na gestão
268 de dados, ressaltando o avanço gradual no processo de transição para sistemas mais
269 estruturados; em continuidade, o Conselheiro José Zildo apresentou sugestão relativa
270 à Zona Leste, destacando a existência de intenso adensamento sem o correspondente
271 acompanhamento de infraestrutura, especialmente drenagem, pontes e mobilidade,
272 manifestando preocupação recorrente com alagamentos e precariedade urbana em
273 regiões como Itaqueria e Guaianases, sugerindo que tais aspectos sejam incorporados
274 de forma mais efetiva ao monitoramento; a Presidente agradeceu a contribuição e
275 ressaltou que a precariedade urbana constitui preocupação central da gestão,
276 destacando a ampliação desse fenômeno entre 2010 e 2020, inclusive em São Paulo, e
277 informou que foi solicitado à equipe da Planurb o refinamento dos dados relacionados
278 às áreas mais vulneráveis, como mananciais e regiões periféricas, ressaltando a
279 necessidade de maior atenção a esses territórios; encerrado o debate sobre o segundo
280 ponto da pauta, passou-se ao terceiro ponto, referente ao Regimento Interno do
281 CMPU, ocasião em que a Presidente lembrou o compromisso assumido de
282 elaboração do referido regimento e solicitou atualização sobre os trabalhos da
283 comissão designada; a Secretária Executiva Talita informou que a composição da
284 comissão foi atualizada por portaria, conforme solicitação do Conselho, e que havia
285 sido estabelecido prazo de 30 dias para apresentação de proposta consolidada, o qual
286 não foi cumprido em razão do cancelamento de reunião para aprofundamento das
287 contribuições, inexistindo, até o momento, minuta final apta a ser submetida ao
288 plenário; esclareceu ainda que o processo foi encaminhado ao jurídico da Secretaria,
289 que recomendou a consolidação prévia de um texto consensual; a Presidente informou
290 que, apesar de cinco reuniões realizadas e de existência de minuta bastante avançada,
291 não foi possível finalizá-la, sendo necessário deliberar sobre a prorrogação do prazo; a
292 Conselheira Renata apresentou manifestação relatando que os trabalhos da comissão
293 coincidiram com as atividades dos grupos da Conferência da Cidade, o que dificultou o
294 cumprimento do cronograma, informando que foi elaborada uma minuta revisada,
295 ainda pendente de consolidação dos artigos 7º ao 12º, e sugeriu o encaminhamento
296 do texto para conhecimento e posterior debate pela comissão; após esclarecimentos,
297 a Presidente deliberou pelo encaminhamento da minuta apresentada à Secretaria
298 Executiva para distribuição à comissão responsável, com a realização de, no máximo,
299 duas reuniões adicionais para consolidação do texto, ressaltando a necessidade de
300 garantir o caráter democrático e participativo do processo; após debate entre os
301 conselheiros, com registros de divergências quanto ao andamento dos trabalhos, à



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

302 atuação da Procuradoria Geral do Município e às dificuldades enfrentadas pela
303 comissão, a Presidente reiterou a confiança institucional na PGM, solicitou respeito
304 aos servidores públicos e reafirmou o encaminhamento definido, qual seja, a
305 realização de até duas reuniões adicionais da comissão para consolidação da minuta, a
306 ser posteriormente submetida à deliberação do plenário; não havendo mais
307 manifestações, a Presidente agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião,
308 convocando os conselheiros para a próxima sessão. Reunião foi encerrada às
309 16h09min.

310

PRESIDÊNCIA

ELISABETE FRANÇA

PRESIDENTE

APOIO

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMPU

TALITA CAVALARI VEIGA

SECRETÁRIA EXECUTIVA

ENTIDADES PRESENTES

ORGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (1)



SUELI GUERREIRO MORALES

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (2)

HELIANA LOMBARDI ARTIGIANE

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (3)

BEATRIZ BRUNO MENDES

TITULAR

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL – SGM

MARIA LUCIA PALMA LATORRE

SUPLENTE

SECRETARIA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO - SEHAB

SIDNEY NERY DA SILVA

TITULAR

SECRETARIA DE FINANÇAS – SF



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

**SECRETARIA
DE URBANISMO E
LICENCIAMENTO**

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

LINCOLN DIOGO LIMA

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS – SMSUB

MATHEUS MOMBELLI MARINOTO

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES – SMT

MICHELE PEREA CAVINATO

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE - SVMA

LIGIA PINHEIRO DE JESUS

TITULAR

SÃO PAULO URBANISMO

GUILHERME HENRIQUE FATORELLI DEL'ARCO

TITULAR

COMPANHIA DE HABITAÇÃO - COHAB



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

**SECRETARIA
DE URBANISMO E
LICENCIAMENTO**

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

HENRIQUE LOPES PERES

SUPLENTE

SUBPREFEITURA MACRORREGIÃO CENTRO

JÉSSICA FERNANDA RUY

SUPLENTE

SUBPREFEITURA MACRORREGIÃO SUL 2

JOÃO PAULO LO PRETE

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO – SG

REGINA MARIA SILVERIO

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA – SMIT

ADRIELLIS GONÇALVES

SUPLENTE

SOCIEDADE CIVIL

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL

MACRORREGIÃO NORTE 2

FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES

TITULAR

THALINE NUNES ROCHA

SUPLENTE

MACRORREGIÃO LESTE 2

JOSÉ ZILDO DE ALMEIDA SILVA

TITULAR

MACRORREGIÃO SUL 1

DURVAL TABACH

TITULAR

MOVIMENTO DE MORADIA 1

MARILENE RIBEIRO DE SOUZA

SUPLENTE

MOVIMENTO DE MORADIA 2



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

SEVERINA RAMOS DO AMARAL DA SILVA (UMM)

TITULAR

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 1

LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA (SAPP)

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 2

RENATA ESTEVES DE ALMEIDA ANDRETTO (ASSAMPALBA)

TITULAR

MARIA LAURA FOGAÇA ZEI (ASSAMPALBA)

SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 2

ANDY ALEXANDRE GRUBER (SECOVI-SP)

TITULAR

JULIANA BRAGA PAVIATO (ABRAINC)

SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 4



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

BEATRIZ MESSEDER SANCHES JALBUT (ACSP)

TITULAR

EDUARDO DELLA MANNA (FECOMÉRCIO/SP)

SUPLENTE

ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO

TEREZA BEATRIZ RIBEIRO HERLING (MACK)

TITULAR

MOVIMENTOS CULTURAIS

ANA LUIZA DALCIN ARAGÃO (CPC-UMES)

SUPLENTE

CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTE - CMTT

RENAN VILLARTA CARDOSO

SUPLENTE

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

**SECRETARIA
DE URBANISMO E
LICENCIAMENTO**

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

MÁRCIA RENATA ITANI (ATU)

SUPLENTE

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

ISRAEL LEITE BELLEZA

TITULAR